



OS HATERS DA CRISE POLÍTICA: GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS OU AÇÃO HUMANA?

Jeferson Bertolini¹³

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre os comentários odiosos que dominaram a internet em março de 2016, a fase mais aguda da crise política no Brasil. Pensa-se o episódio à luz da ciência política de Thomas Hobbes (1588-1679) e da filosofia de Hannah Arendt (1906-1975). O texto se baseia em levantamento bibliográfico e na observação de comentários em sites e redes sociais. Emprega técnica interdisciplinar para associar temas da Ciência Política e da Filosofia à Comunicação Social. O texto conclui que os embates no referido período podem ser vistos como um formato repaginado da guerra de todos contra todos do estado de natureza (Hobbes) ou como indício de uma nova consciência e ação política (Arendt) dos brasileiros.

Palavras-chave: Hater. Mobilização política. Ação política.

INTRODUÇÃO

No glossário do mundo digital chama-se hater aquele que usa a internet para disseminar o ódio, incitar a maldade e promover a discórdia. Trata-se de internauta que costuma agir sob codinome e atacar quem está exposto na rede, seja uma celebridade, um atleta que falhou, um criminoso pé de chinelo ou um bandido de colarinho branco.

O hater é quase um profissional do rancor. Ataca no ciclo 24/7¹⁴. Mas, no Brasil, durante o noticiário da crise política de 2016, percebeu-se que todo internauta pode ser hater por um dia. O auge foi o mês de março, quando apoiadores e opositores do governo estranharam-se nas redes sociais. Nem precisava espremer que o ódio saía!¹⁵

Este artigo não objetiva categorizar os comentários feitos no referido período. Seria desnecessário reproduzir tal agressividade. O objetivo é pensar o episódio à luz da Ciência Política e da Filosofia. Recorre-se, especificamente, a Thomas Hobbes (1588-1679) e a Hannah Arendt (1906-1975).

Hobbes escreveu sobre o estado de natureza, a condição hipotética que existia antes das formas organizadas de governo. No estado de natureza, dizia o pensador inglês, havia guerra de todos contra todos. Por isso defendia um poder comum (o Estado).

Arendt escreveu sobre a ação humana. Para ela, é nas esferas política e pública que realizamos nossa condição de seres humanos. Significa que só nos reconhecemos como humanos pela capacidade de nos organizarmos e de agirmos politicamente.

¹³ Jornalista. Doutorando em Ciências Humanas (UFSC), mestre em Jornalismo (UFSC), bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (Univali). Email: jefersonbertolini@gmail.com

¹⁴ 24/7 é como se convencionou chamar os ciclos de produção de conteúdo na internet. Trata-se de uma maneira de dizer que o noticiário é produzido 24 horas por dia, sete dias da semana (BARBOSA, 2009).

¹⁵ Espreme que sai sangue (ANGRIMANI, 1995) é o título de um livro sobre sensacionalismo na imprensa. Com o tempo, converteu-se em uma das expressões mais clássicas sobre o jornalismo.



A partir destes dois autores se pergunta: o ódio que se viu na internet em março de 2016 poderia ser pensado como uma pseudoguerra de todos contra todos? Ou, apesar do ódio, poderia ser pensado como uma legítima ação humana no âmbito da política?

O texto baseia-se em levantamento bibliográfico, básico ao trabalho científico porque “permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA, 2002, p. 32), e na observação de comentários do noticiário político de março de 2016. A observação, explica Abramo (1979), permite que o pesquisador assista ao fenômeno estudado.

O artigo associa temas da Filosofia e da Ciência Política à Comunicação Social por meio de técnica interdisciplinar, usada “sempre que topamos com uma disciplina cujo lugar não está traçado no grande mapa dos saberes” (POMBO, 2007, p. 6).

O manuscrito está dividido em três partes. A primeira destaca o estado de natureza em Hobbes. A segunda fala da ação humana em Arendt. A terceira define ciberespaço e interatividade, respectivamente o ambiente e o gesto que permitem o ato de comentar.

O texto conclui que, dependendo do ângulo que se quer observar, os embates de março de 2016 podem ser vistos como um formato repaginado da guerra de todos contra todos ou como indício de uma nova consciência e postura políticas do internauta brasileiro.

A GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS NO ESTADO DE NATUREZA

A expressão *guerra de todos contra todos* nasceu com o pensamento político moderno, iniciado com Nicolau Maquiavel¹⁶ (1469-1527). Ela está diretamente ligada à ideia de *estado de natureza*, como se chama a condição política antes do aparecimento da *sociedade civil*.

A ideia de estado de natureza surgiu no contexto do Iluminismo, o movimento que procurava explicar a vida com base na razão, e não no poder divino, como se pensava durante a Idade Média. No entender de pensadores políticos, a análise do comportamento humano nessa condição natural permitiria pensar um sistema de governo que satisfizesse as necessidades dos cidadãos, promovendo bons comportamentos e reprimindo os maus (KELLY, 2013).

Os pensadores políticos da época tinham interpretações distintas sobre o estado de natureza. Thomas Hobbes, com o qual este artigo procura se alinhar, dizia que o estado de natureza era o mesmo que a condição de guerra de todos contra todos, com homens selvagens que tinham de ser contidos pelo Estado, por meio de um temor respeitoso.

John Locke (1632-1704), para citar um exemplo em contrário, entendia que o estado de natureza não era uma condição de guerra, de barbárie. Ele acreditava que, como obedecem a um direito natural da razão, os homens até poderiam resolver conflitos entre

¹⁶ Maquiavel afastou a política do campo moral, dizendo que o governante deveria ser útil ao povo, antes de exemplo ético. Em *O Príncipe* usou expressões como “é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade”; “é muito mais seguro a um príncipe ser temido que amado”; “o príncipe não pode nem deve guardar a palavra dada”.



si no estado de natureza. “Toda a humanidade aprende que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve lesar o outro em sua vida, sua saúde, sua liberdade ou seus bens; todos os homens são obra de um único criador todo-poderoso” (LOCKE, 1978, p. 84).

Jean Jacques Rousseau (1712-1778) também discordava de Hobbes. Rousseau dizia que o estado de natureza referia-se a uma condição de harmonia entre homem e natureza, na qual os indivíduos eram livres e felizes como os animais, mas com a criação do Estado perderam a liberdade.

A passagem do estado de natureza à sociedade civil se dá por meio do contrato social, o acordo por meio do qual os súditos (povo) aceitam se submeter à autoridade de um poder comum (Estado) em troca de proteção.

Hobbes (2003) foi o primeiro a escrever sobre o contrato social. Ele acreditava que só um poder comum poderia livrar o povo da barbárie, da luta de todos contra todos do estado de natureza, a condição na qual, em seu ponto de vista, os homens viviam em permanente estado de guerra, em busca da autopreservação.

O poder comum citado pelo autor refere-se ao Estado, que cuidaria do povo, desde que houvesse obediência por parte deste. O Estado é representado metaforicamente pelo Leviatã, um mostro formado pela união de várias criaturas do mar.

É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes daquele Deus mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus imortal, a nossa paz e defesa. Pois, graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo na república, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz no seu próprio país, e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência da república (HOBBS, 2003, p. 147).

Hobbes (ibid) sustentava que o Leviatã seria o encarregado de zelar pela segurança da nação, se chamaria soberano e teria poderes ilimitados. “Aquele que é portador dessa pessoa chama-se soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os demais são súditos” (HOBBS, 2003, p. 148).

No entender do autor, o Leviatã preservaria o homem da selvageria do estado de natureza, marcado pela escassez de bens. Nessas condições, os homens se tornariam vulneráveis e imprevisíveis, e entrariam em atrito para garantir comida, abrigo e a autoproteção. Os mais fortes tentariam tomar o poder porque “se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo, que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos” (HOBBS, 2003, p. 107).

Na perspectiva de Hobbes, na guerra de todos contra todos do estado de natureza nada poderia ser injusto. Assim, entendia que onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há justiça. Isso semeava a barbárie geral!

Locke (1978), que escreveu sobre o tema logo depois de Hobbes, admitia o estabelecimento de um governo, mas frisava que um poder comum deveria existir só se fosse para preservar a liberdade do povo. Para o autor, liberdade não era o homem fazer só o que lhe conviesse, ignorando as leis. A “liberdade natural do homem é ser livre de



qualquer poder superior na terra, e de não depender do desejo ou da autoridade legislativa do homem, mas ter apenas a lei da natureza para regulamentá-lo” (LOCKE, 1978, p. 95).

Rousseau (1999), por sua vez, dizia que o contrato social tinha prós e contras. “O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto deseja e pode alcançar; o que ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui” (ROUSSEAU, 1999, p. 26).

A AÇÃO HUMANA MANIFESTADA NA ESFERA PÚBLICA E POLÍTICA

Arendt (2005) entende que é nas esferas política e pública que realizamos nossa condição de seres humanos. Significa que só nos reconhecemos como humanos pela capacidade de nos organizarmos e de agirmos politicamente.

Na perspectiva da autora, existem três atividades humanas fundamentais: trabalho, obra e ação. As duas primeiras referem-se à vida privada dos indivíduos. A última refere-se à vida pública, onde existimos como seres políticos.

Arendt (ibid) é uma defensora da ação por considerar que a ação é o principal meio para reafirmarmos nossa condição humana. Ela critica, na era moderna, a importância que foi atribuída ao trabalho. O fato de o trabalho ter sido colocado acima de todas as outras atividades humanas inviabiliza a ação política ou, nas palavras dela, inviabiliza um verdadeiro espaço público, plural e autônomo de deliberação e iniciativa.

Na classificação da autora, o trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano; é a atividade de penas e fadigas que não termina enquanto durar a vida. A condição humana do trabalho é a própria vida.

A obra é aquilo por meio do qual se produz um mundo artificial de objetos. Trata-se de uma atividade que possui um começo preciso e um fim determinado num objeto durável, utilizado para fins que não são propriamente os da vida biológica. Na obra, o fim é atingido quando o objeto está acabado. No trabalho, a atividade só chega ao fim quando o organismo morre. “A obra de nossas mãos, diferentemente do trabalho de nossos corpos, fabrica a variedade infinita das coisas do mundo em que vivemos. Tais coisas não são bens de consumo, mas objetos de uso” (ARENDT, 2005, p. 183).

A ação é a atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação dos objetos ou da matéria. Essa atividade humana corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. “A ação é um lembrete que diz que, embora tenha que morrer, o homem não nasceu para morrer, mas para criar algo novo” (ARENDT, 2005, p. 194). A vida, em seu sentido não biológico, se manifesta na ação e na fala. “Com a palavra e o ato nós nos inserimos no mundo humano, e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos o fato bruto de nosso aparecimento físico original” (ibid, p. 190).

Em outra frente, Arendt (2012) ataca os regimes totalitários por considerar que eles impedem a ação política. Para ela, “os movimentos totalitários objetivam organizar as massas” (ARENDT, 2012, p. 436). A autora enfatiza que o antisemitismo moderno, manipulado como instrumento de poder, e o imperialismo surgido nos países europeus no século XIX estão na raiz do totalitarismo.



A crítica contundente aos regimes totalitários não se deve apenas ao fato de eles promoverem a maldade física, como se viu nos campos de concentração do nazismo¹⁷. Deve-se também ao fato de eles inviabilizarem a nossa condição humana (fazem isso pelo cerceamento do espaço político e público).

CIBERESPAÇO: O AMBIENTE DO HATER

A possibilidade de se comentar em redes sociais e caixas de diálogo de sites de notícia é um fenômeno recente, que surgiu a reboque do ciberespaço¹⁸. Trata-se de um sistema de comunicação eletrônica global que se popularizou a partir dos anos 2000.

Para Santaella (2004), o ciberespaço reúne humanos e computadores em uma relação simbiótica que cresce graças à comunicação interativa. “Ciberespaço é um espaço informacional no qual os dados são configurados de tal modo que o usuário pode acessar, movimentar e trocar informação com um incontável número de outros usuários” (SANTAELLA, 2004, p. 45).

Lévy (1996) acrescenta que o avanço do ambiente virtual, aquele que “não é falso ou imaginário, mas a dinâmica mesma do mundo comum, através do qual compartilhamos uma realidade”, coloca o computador no centro da relação humana moderna. “No limite só há hoje um único computador, um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma; um computador disperso, vivo, virtual, um computador de Babel: o próprio ciberespaço (LÉVY, 1996, p. 47).

O autor enfatiza que o ciberespaço é um espaço não físico ou territorial, que se compõe de um conjunto de redes de computadores através das quais as informações circulam. “O espaço cibernético é um terreno onde está funcionando a humanidade, hoje. É um novo espaço de interação humana” (LÉVY, 1996, p. 35).

Um dos resultados dessa interação entre homens e máquinas em rede é o que Lévy (1994, p. 28) classifica de inteligência coletiva, aquela “distribuída por toda parte, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”.

Lemus (2003) diz que o potencial do ciberespaço está em sua capacidade de criar uma comunicação ágil, livre e social que pode ajudar na democratização dos meios de comunicação. O autor acredita que o internauta pode contribuir com os meios na a produção de um conteúdo enriquecido e útil à população.

¹⁷ Arendt (1983) criou o termo *banalidade do mal* após cobrir, em Israel, como enviada da revista *The New Yorker*, o julgamento do nazista Adolf Eichmann, acusado de genocídio e de crimes contra a humanidade na guerra. Ele era o braço direito de Hitler. Na perspectiva da autora, a experiência do nazismo é um exemplo de que o mal se banalizou e que a sociedade ocidental já se acostumou com todo tipo de atrocidades. No caso específico de Eichmann, ela percebeu que o carrasco não era antisemita, como previa o nazismo. Era apenas um burocrata que cumpria ordens sem questioná-las.

¹⁸ *Cyber* vem do grego, e quer dizer controle. Espaço carrega a ideia de lugar. O termo foi empregado pela primeira vez por Gibson (1984), em um romance. O autor considera o ciberespaço “uma representação física e multidimensional do universo abstrato da informação, um lugar para onde se vai com a mente, catapultada pela tecnologia, enquanto o corpo fica para trás” (GIBSON, 1984, p. 27).



Uma das características mais marcantes do ciberespaço é a interatividade. Ela permite a aproximação entre receptor e emissor da mensagem. Assim, os comentários na internet são uma forma básica de interação do internauta.

Salaverría (2005) aponta quatro tipos de interatividade: conversacional (na qual ocorre a maior parte dos comentários), de transmissão (só permite ativar ou cancelar uma emissão de mensagem), de consulta (o usuário escolhe entre um menu de alternativas) e de registro (pela qual os meios de comunicação entendem e se adaptam aos usuários).

Santaella (2004, p. 155) distingue três modalidades de interatividade: de seleção (consiste, por exemplo, tocar nas teclas de um videocassete para fazer avançar as imagens), de conteúdo (oferece ao usuário a ocasião para modificações simuladas do conteúdo de imagens ou mesmo criação de imagens) e interações mistas (quando existe mais facilidade de acesso e de consulta).

Zamith (2011) lembra que a interatividade não nasceu com a internet. Ela já estava presente no rádio e na televisão, apesar de normalmente limitada a curtas intervenções, muito condicionadas pelos temas escolhidos e coordenados pelo moderador do debate.

Na internet, as possibilidades de interação dos visitantes, quer entre si, quer com os jornalistas, são maiores, podendo assumir a forma de comentários publicados junto às notícias, troca de emails entre utilizadores e jornalistas, fóruns de discussão, salas de comunicação instantânea, inquéritos ou sistemas de valoração dos conteúdos. Paralelamente, o cibermeio pode permitir que o utilizador participe ativamente no processo de construção noticiosa, nomeadamente através do envio ou publicação de informações, correções, notícias ou reportagens, em texto, fotografia e ou vídeo. A abertura ou não do cibermeio à publicação de conteúdos gerados por utilizadores tem suscitado grande controvérsia (ZAMITH, 2011, p. 28).

A ideia de interatividade não pode estar associada só aos computadores, defende Primo (2003). Segundo o autor, o adjetivo interativo sempre serviu para qualificar qualquer sistema cujo funcionamento permita ao usuário algum nível de participação.

Silva (1998) nota certa banalidade no termo. Ele cita exemplos fora do mundo dos computadores:

Os exemplos são abundantes. O cinema cujas cadeiras balançam sincronizadamente com o filme exibido é chamado de cinema interativo. Interativo apenas porque as cadeiras balançam, mas ninguém está interagindo com coisa alguma. Na televisão, quando um programa supõe respostas dos telespectadores por telefone, é chamada de TV interativa. Interativa somente porque as pessoas respondem x ou y, sim ou não. No teatro, quando os atores se envolvem diretamente com pessoas da plateia, previamente preparadas ou não, é teatro interativo (SILVA, 1998, p. 35).

O conceito de interação é usado em outras áreas do conhecimento, que não a informática, observa Silva (1998). Na física, refere-se ao comportamento de partículas cujo movimento é alterado pelo movimento de outras partículas. Em sociologia e psicologia social a premissa é: nenhuma ação humana ou social existe separada da interação, conceito que para o setor designa a influência recíproca dos atos de pessoas ou grupos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O noticiário da crise política brasileira foi o pano de fundo de uma onda de ataques odiosos na internet brasileira. Os haters “profissionais” participaram ativamente. Mas também estavam ali aqueles que nunca ou poucas vezes haviam feito comentários agressivos na rede. Estes foram haters por um dia!

Em parte, pode-se imaginar que essa predisposição ao ódio na internet endossa a ideia de que somos vulneráveis ao mal (ARENDT, 1983), apesar da dificuldade de aceitar isso. Afinal, como sustenta a autora, o mal se banalizou e pode ser praticado por qualquer pessoa, não apenas por aquelas consideradas monstros.

Também é preciso se questionar sobre a liberdade de expressão trazida pela internet. O internauta tem usado a ferramenta para mostrar sua opinião, para acrescentar algo e enriquecer determinado conteúdo, ou está se valendo da interatividade simplesmente para destilar ódio?

Vale lembrar que o marco civil da internet, aprovado em 2014, define que os meios de comunicação não são responsáveis por conteúdos (no caso, comentários) gerados por terceiros. A responsabilidade dos veículos começa só a partir de uma ordem judicial determinando a retirada do conteúdo. Antes disso, a responsabilidade recai sobre o autor.

Independentemente dos motivos, o que se observou durante março de 2016 foi uma explosão de ódio na internet. Foi o clímax hater. Mas foi também um grito contra a corrupção, uma espécie de ensaio a uma ação política por vir.

Aplicando Hobbes (2003), poderia se dizer que, resguardadas as devidas proporções, o que se viu em março de 2016 no Brasil, nas ruas e principalmente na internet, foi algo compatível com a ideia de estado de natureza, de luta de todos contra todos. Houve ataques, rancores, decepções, amizades desfeitas...

Aplicando Arendt (2005), poderia se pensar que, apesar da agressividade, o levante foi algo compatível com a ideia de ação humana, de um agir coletivamente em prol de um bem maior (no caso, o fim da corrupção e a moralidade política). Em outras palavras, o levante mostra que o brasileiro está reivindicando seu espaço público, de deliberação e ação política contra todas as formas de totalitarismo, seja na política, no judiciário ou na mídia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. In: Pesquisa social, projeto e planejamento. São Paulo: Quieiroz Editor, 1979
- ANGRIMANI, Danilo. Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995
- ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalem: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983
- _____. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 2005
- _____. Origens do totalitarismo; tradução Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 2012
- BARBOSA, Suzana. Convergência jornalística em curso: as iniciativas para integração das redações no Brasil. In. RODRIGUES, Carla (org). Jornalismo online: modos de fazer. Rio de Janeiro: Ed:PUC-Rio: Sulina, 2009

- FONSECA, João José. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002
- GIBSON, William. Neuromancer. São Paulo: Aleph, 1984
- HOBBS, Thomas. Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- KELLY, Paul (et al). O livro da política. São Paulo: Globo, 2013
- LÉVY, Pierre. O que é virtual? São Paulo: Editora 34, 1996
- _____. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1994
- LEMUS, André. Cibercidades: um modelo de inteligência coletiva. In. Cibercidade. Cidades na cibercultura. Rio de Janeiro. Editora e-papers, 2003
- LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe: escritos políticos. 3.ed. Tradução de Livio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os pensadores).
- PRIMO, Alex. Quão interativo é o hipertexto? Da interface potencial à escrita coletiva. Fronteiras: Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 5, n. 2, 2003
- POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. Conferencia proferida no Colóquio "Interdisciplinaridade, Humanismo e Universidade", promovido pela Cátedra Humanismo Latino, Porto, 2007
- ROUSSEAU, Jean Jacques. O contrato social. São Paulo: Cultrix, 1989
- SALAVERRÍA, Ramón. Redacción periodística en internet. Barañáin: Ediciones Universidad de Navarra, 2005
- SANTAELLA, Lucia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. 4.ed. São Paulo: Paulus, 2004
- SILVA, Marco. O que é interatividade. In. Boletim técnico Senac, v.24, nº2, Rio de Janeiro, 1998
- SINGER, Peter. Libertação animal. Porto Alegre: Lugano, 2004
- ZAMITH, Fernando. A contextualização no ciberjornalismo. 293 f. 2011. Tese (doutorado em Informação e comunicação em plataformas digitais). Faculdades de Letras. Universidade do Porto, 2011

Abstract: *This article talks about the hateful comments that dominated the internet in March 2016, the most critical phase of political crisis in Brazil. The episode is thought from Thomas Hobbes (1588-1679) and Hannah Arendt (1906-1975). The text is based on literature and observation of comments on websites and social networks. Employ interdisciplinary technique to associate subjects of Political Science and Philosophy of Social Communication. The text concludes that the conflicts in that period can be seen as a redesigned format of the war of all against all of the state of nature (Hobbes) or as an indication of a new consciousness and political action (Arendt) of brazilians.*

Keywords: *Hater. Political mobilization. Political action*